

TRAGÉDIA NO SUL

Governo propõe tirar da meta fiscal ajuda ao RS

Decreto sobre calamidade pública no estado, que facilita o envio de recursos, é aprovado horas depois de ser remetido à Câmara

» FERNANDA STRICKLAND
» VICTOR CORREIA

Os Três Poderes mais uma vez atuaram juntos, ontem, para criar condições para que a tragédia que assola o Rio Grande do Sul tenha atendimento rápido e facilitado — não apenas com a chegada de recursos materiais e humanos, mas, sobretudo, com o recebimento de verbas federais a serem aplicadas no enfrentamento da crise. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva remeteu ao Congresso, depois de reunião com o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG, do Senado) e Arthur Lira (PP-AL, da Câmara) — além do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Machin, e ministros —, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 175/24, que estabelece estado de calamidade pública e permite que a aplicação de recursos no estado fora da meta fiscal.

O comprometimento do Legislativo com a agilidade na busca de soluções para o Rio Grande do Sul pôde ser medido na votação do PDL, horas depois de ter sido remetido pelo Palácio do Planalto. A matéria foi relatada rapidamente e aprovada com tranquilidade. Segue para o Senado, que também deve analisá-la e votá-la com a mesma celeridade.

Assim, está aberta a possibilidade de a União não computar na meta de resultado fiscal as despesas autorizadas ao Rio Grande do Sul, por meio de crédito extraordinário. Entram nessa conta também as renúncias fiscais previstas para o enfrentamento da calamidade.

Segundo o texto, a verba destinada ao estado não estará sujeita à limitação de empenho (contingenciamento). Mais: o governo federal poderá dispensar licitações e agir sem as amarras burocráticas habituais, porém somente quando estiver diante de ações de reestruturação — como reconstrução de pontes e de postos de saúde.

Paralelamente, outro texto será enviado ao Congresso para aumentar a quantidade de emendas que podem ser destinadas ao estado. São R\$ 1,06 bilhão em emendas individuais, especiais e de bancada para apoiar os municípios gaúchos.

“Vou assinar uma mensagem

Ricardo Stuckert / PR



Entre Pacheco e Lira, presidente conduz a reunião na qual foi assinado o decreto legislativo que visa facilitar o envio de recursos para mitigar o drama dos gaúchos



O decreto é o primeiro passo para as coisas começarem a andar. Esse é o pensamento do Lira, do Pacheco, do governo, dos ministros. Vamos fazer tudo para contribuir com a recuperação do Rio Grande do Sul, com a melhoria da vida das pessoas”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

para enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Decreto Legislativo que visa dar celeridade para as coisas atendam a necessidade do Rio Grande do Sul nesse momento de calamidade. O decreto para facilitar é o primeiro passo para as coisas começarem a andar, porque eu disse no Rio Grande do Sul e vou repetir agora: esse é o pensamento do Lira, do Pacheco, do governo, dos ministros. Vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para

contribuir com a recuperação do do Rio Grande do Sul, com a melhoria da vida das pessoas. E facilitar naquilo que a gente puder — obviamente que dentro da lei — a vida do povo gaúcho”, assegurou Lula.

Ações futuras

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, reforçou que a partir do decreto “fica fora do limite de

gastos e fora das metas fiscais qualquer benefício, incentivo ou gasto que venhamos a fazer com o estado e com os municípios”. Ela participou das discussões durante todo o dia, com a equipe econômica, para formular o texto.

O decreto servirá de base para as próximas medidas. Questionada, Tebet afirmou que os prefeitos ainda não demandaram o governo federal por ações de reparação, já que a preocupação, por ora, é com



O decreto tira quase todas as amarras burocráticas. Dispensa uma série de burocracias da legislação, contratos, licitação. Não é só que não vai faltar dinheiro. O dinheiro vai chegar no tempo certo”

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento

o resgate das vítimas. Ela enfatizou que enquanto as águas não baixarem, o foco será esse.

“Não temos sequer estimativa do quanto vai ser necessário. Poderemos editar outros tantos atos: medida provisória de crédito extraordinário, incentivos e benefícios para os setores produtivos”, enumerou.

Tebet, porém, evitou adiantar os rumos que podem ser seguidos, que estão em avaliação. Além de permitir gastos “fora do teto”

com a recuperação do Rio Grande do Sul, o texto também visa dar agilidade à chegada do dinheiro.

“O decreto tira quase todas as amarras burocráticas. Dispensa uma série de burocracias da legislação, contratos, licitação. Não é só que não vai faltar dinheiro. O dinheiro vai chegar no tempo certo”, frisou.

A ministra garantiu, ainda, que a meta fiscal de 2024 não será afetada pelos gastos com a calamidade gaúcha.

Sem obstáculos para liberar R\$ 1 bi em emendas

Valter Campanato/Agência Brasil



Padilha, Tebet e Messias explicam mudança na LDO para liberar emendas

O governo federal e o Congresso articulam a liberação de emendas parlamentares para atacar imediatamente a calamidade que devastou o Rio Grande do Sul. A base governista enviará ao Congresso um projeto para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e permitir a liberação de R\$ 480 milhões em emendas especiais. Somados aos R\$ 580 milhões liberados em emendas individuais e de bancada, o valor chega a R\$ 1,06 bilhão para os municípios gaúchos.

O anúncio foi feito depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Ao lado da ministra Simone Tebet (Planejamento) e do advogado-geral

da União, Jorge Messias, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) observou que a LDO não permite antecipar a liberação de valores antes da definição do cronograma de alteração. Ele citou que R\$ 580 milhões em emendas para deputados e senadores gaúchos começaram a ser pagos.

A maior parte desse valor — R\$ 538 milhões — será destinada à saúde. O restante vai para educação, justiça e segurança pública e desenvolvimento regional.

Base avançada

O governo também fixou uma base avançada em Porto

Alegre, pela qual recolherá as demandas dos prefeitos e de outros agentes políticos e econômicos do Rio Grande do Sul. O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, frisou que a representação na capital gaúcha permitirá o recebimento e a aplicação mais rápida dos recursos federais.

Além de Pimenta, os ministros Nísia Trindade (Saúde), Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Renan Filho (Transportes) permanecem no estado e acompanham as ações de combate à calamidade. Segundo Nísia, mais 23 profissionais da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) chegaram ao estado e se somam aos

60 que lá já estavam.

A ministra também se reuniu com representantes dos hospitais públicos e privados gaúchos e recebeu secretários municipais de saúde para construir uma lista das principais demandas das cidades. Já a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu R\$ 8 milhões para a entrega de cestas de alimentos. A primeira remessa chegou ontem a Canoas, um dos municípios mais atingidos, e 52 mil cestas devem ser entregues até sexta-feira.

Renan Filho, por sua vez, atua para liberar rodovias essenciais do estado e estabelecer rotas provisórias para garantir, sobretudo, o abastecimento de remédios, água e combustível. (FS e VC)